

**MÍDIAS EDUCATIVAS
“MAIS MULHERES”:** um
centro de documentação
interdisciplinar de
gênero e comunicação
em Palmas, Tocantins,
Brasil

“MORE WOMEN” EDUCATIONAL
MEDIA: an interdisciplinary
documentation center in gender
and communication in Palmas,
Tocantins, Brazil

MEDIOS DE ENSEÑANZA “MÁS
MUJERES:” un centro de
documentación interdisciplinario
de género y comunicación em
Palmas, Tocantins, Brasil

Marcos Felipe Gonçalves Maia¹
José Damião Trindade Rocha²
Mariana Meriqui Rodrigues^{3, 4}

RESUMO

Aborda o projeto Mídias educativas mais mulheres do município de Palmas, Tocantins. Objetiva compreender a experiência da implantação de um Centro de Documentação sensível para as temáticas de gênero no cenário da

¹ Bacharel em Biblioteconomia (UnB). Especialista em Educação e Direitos Humanos (UnB). Mestre em Educação (PPGE/UFT). Consultor especializado em Ciências Sociais na SUMUDHE, bibliotecário-documentalista (UFT) e pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos (UFT). E-mail: marcosmaia@uft.edu.br.

² Doutor em educação (UFBA). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Tocantins (PPGE/UFT). E-mail: damião@uft.edu.br.

³ Bacharel em Relações Internacionais. Mestre em Educação (UFT). Especialista em Gênero e Sexualidade (MACKENZIE). Consultora especializada em Ciências Sociais na SUMUDHE e pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos (UFT). E-mail: mari.rodrigues@gmail.com.

⁴ Endereço de contato dos autores (por correio): Universidade Federal do Tocantins; Programa de Pós-Graduação em Educação, Campus de Palmas; Quadra 109 Norte, Avenida NS-15, ALCNO-14 Plano Diretor Norte | 77001-090 | Palmas/TO.



ISSN nº 2447-4266

Vol. 3, n. 4, Julho-Setembro. 2017

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2017v3n4p427>

Comunicação Social. Conclui destacando esse espaço como sendo de formação continuada, interdisciplinar e de atuação política.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia. Mulher; Informação; Cidadania.

ABSTRACT

Addresses the educational media "more women" in the city of Palmas, Tocantins. It aims to understand the experience of a Documentation Centre for the themes of gender and social communication. It concludes by highlighting this space as continuing education, interdisciplinary and policy action.

KEYWORDS: Media; Woman; Information; Citizenship.

RESUMEN

Aborda el Medio de Enseñanza "Más Mujeres" de la ciudad de Palmas, Tocantins. Se trata de comprender la experiencia de la implementación de un centro de documentación sensible a los temas de género interseccionado con comunicación social. Se concluye destacando este espacio como de educación continua, interdisciplinario y de acción política.

PALABRAS CLAVE: Medios de comunicación; Mujer; Información; Ciudadanía.

Recebido em: 23.01.2017. Aceito em: 23.05.2017. Publicado em: 01.07.2017

Introdução

Apesar de as mulheres serem a maioria da população brasileira sua participação na política é baixa. A lei federal (9.100/95) que determina uma “cota” mínima de mulheres nos registros de candidatos/as ainda não foi suficiente para pelo menos igualar em meio a meio a participação de homens e mulheres na política.

Essa baixa participação política das mulheres em cargos políticos e de alta administração pode evidenciar uma força social que delimita para as mulheres os espaços privados e deixando os espaços públicos para os homens (ALVES; PITANGUY, 1982; LOURO, 2010; 2013). Sendo esse fenômeno muitas vezes reforçado pela mídia e seus produtos culturais. Assim, este texto objetiva compreender a experiência da implantação de um Centro de Documentação dentro do cenário do Projeto Mídias Educativas Mais Mulheres, em andamento, no município de Palmas, Tocantins, a partir de 2014.

O projeto é uma ação articulada entre município e federação. Prevê dentre outras atividades a implantação de um centro de documentação interdisciplinar em gênero e comunicação social. Tanto como um registro de memórias e vivências, como um espaço de construção coletiva de comunidades de usuários e usuárias interagentes. Mais especificamente subsidiando a formação continuada de profissionais da comunicação social para sensibilização de temas sensíveis às representações das mulheres, tanto na mídia quanto nos espaços de poderes.

O que é o projeto “mídias educativas mais mulheres”?

O projeto “Mídias mais mulheres” foi proposto pela Superintendência da Mulher, Direitos Humanos e Equidade (SUMUDHE) do Município de Palmas, a

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n4p427>

capital do Estado do Tocantins, em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República.

O objetivo do projeto é criar mecanismos que possibilitem ampliar e aprofundar o debate na sociedade no que tange a baixa representação política das mulheres nos espaços de poder e decisão e seus impactos no desenvolvimento econômico, cultural e político em Palmas.

A proposta foi apresentada em 2013, sendo aprovada em 2014, quando foram selecionadas as pessoas que comporiam as atividades do projeto. As atividades do projeto intencionam a realizar processos formativos para sensibilizar o olhar de profissionais, bem como estudantes, de comunicação social no campo da promoção da igualdade de gênero e na garantia de direitos e de representação política de mulheres nos espaços de poder.

O projeto se estrutura em cursos nas áreas de mídias impressa, web, televisiva e rádio. Bem como atividades de rodas de conversas; criação de um blog e a criação de um centro de documentação voltado para estudos, pesquisas e produção de documentários que contribuam para a desconstrução da imagem estereotipada das mulheres nos meios de comunicação (SUMUDHE, 2013).

Até o presente momento (primeiro semestre de 2017) o centro de documentação ainda não foi instalado fisicamente, mas já consta com trinta por cento de suas atividades desenvolvidas. A agenda cultural já foi elaborada, o sistema de gerenciamento do acervo bibliográfico (BIBLIVRE) já foi escolhido, bem como a confecção do seu manual de rotinas. Além disso, o acervo com mais de 200 obras já foi adquirido pela Prefeitura e outros títulos foram adquiridos por meio de doações advindas do Senado e Câmara Federal e de outras editoras do Tocantins e do resto do Brasil.



ISSN nº 2447-4266

Vol. 3, n. 4, Julho-Setembro. 2017

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n4p427>

Um centro de documentação interdisciplinar em gênero e comunicação

A humanidade desenvolveu diversas tipologias de registros da informação. Desde as pinturas pictográficas, passando pelos suportes de barro, cerâmica, papiros, couro, pergaminho, papel, o formato do “livro” foi se diversificando.

Atualmente pode-se falar em biblioteca, centro de informação, de documentação, de recursos informacionais ou bases de dados. Todas essas tipologias podem ser consideradas sinônimas, mas com algumas ressalvas devido à intencionalidade dada àquele espaço e seus métodos de trabalho.

Na contemporaneidade a biblioteca é um centro tradicional de estudo e pesquisa. Sua nomenclatura pode variar de acordo com a função dada ao espaço. Pode se chamar biblioteca escolar, especializada, pública, comunitária. Todas têm em comum a função de organizar a informação em suportes diversos com a função de recuperar essa informação quando solicitada por um/a usuário/a (MILANESI, 2002). A biblioteca, ou um centro de documentação, é, então, um espaço de guarda da memória. Memória de quem, por quê e para quem?

Refletindo sobre a necessidade de se esperar mais do que vem a ser uma biblioteca, David Lankes (2012) destaca que bibliotecas ruins constroem acervos; boas bibliotecas constroem produtos e serviços, dentre os quais está o acervo; e ressalta que excelentes bibliotecas constroem comunidades. Assim, entendemos que a biblioteca, independente de sua nomenclatura/tipologia deve ser capaz de ajudar na construção de uma comunidade científica ou social-cultural. Isso se reforça mais ainda quando pensamos que as bibliotecas não são mais fontes primárias na busca de informação (CUNHA, 2010).

Com isso, podemos afirmar que uma biblioteca, ou centro de documentação, possui duas funções: guardiã de memórias e formadora de comunidades. Na primeira acepção, a memória não pode ser somente aquela memória instituída, tradicionalmente europeia ou das ditas “ciências verdadeiras”; ela deve se pautar por problematizar e tentar possibilitar diversas outras formas de saberes em diversos suportes possíveis (MAIA; SANTOS, 2015). Como formadora de comunidades, sua missão deve se relacionar com a formação de leitores e leitoras críticas além das palavras escritas (FREIRE, 2011). Numa possibilidade de leituras das informações registradas em suportes tradicionais e não tradicionais. Essa visão não tradicional deve ficar atenta ao “surgimento de novas identidades voltadas para a luta em torno dos direitos sociais e políticos” (SILVA, 2015, p. 273).

Além disso, consideramos que toda pessoa que utiliza os serviços de uma biblioteca, ou um centro de documentação, não é apenas um/a usuário/a, mas antes, é um/a **interagente** porque não apenas usa, mas interage, transforma (CORREA, 2014).

Nessa perspectiva, um centro de documentação que se especializa em gênero deve problematizar seu espaço de construtor de memórias (MAIA; SANTOS, 2015) num olhar inter-poli-transdisciplinar (MORIN, 2009). Estamos trabalhando com a ciência da informação interseccionada com as teorias do gênero e da comunicação social com o intuito de atuar na (des)construção dos estereótipos de “mulher” em espaços de poder.

Queremos olhar o papel da mídia na construção de símbolos sociais para entender os embates culturais que se dão nas muitas “instâncias pedagógicas, [...] na mídia, no cinema, nas artes, nas campanhas de saúde, nos informes médicos, nos parlamentos” (LOURO, 2013, p. 50).

Gênero é um conceito polissêmico. Tem sido utilizado pelo movimento feminista para criticar os espaços de poder determinados a homens e mulheres com base em características tidas como “naturais”. Isto é, homens seriam “naturalmente” aptos às esferas públicas enquanto às mulheres seriam dados os espaços privados. O feminismo critica a divisão entre público e privado, no sentido de que o público seria objetivo, racional; e ao seguir nessa crítica “revela os laços existentes entre as relações interpessoais e a organização política pública” (ALVES; PITANGUY, 1982, p. 8). Dessa maneira, o feminismo chama atenção para o encobrimento da organização política pública a partir de uma política perpassante da realidade privada, de dominação/subordinação.

O feminismo passa, então, por diversos estágios, não podendo ser identificado como um processo único e uniforme (CARVALHO; RABAY, 2015). Caminhou por diversas “ondas” em diversos países e momentos históricos. Num momento lutou pelo direito ao voto, depois pelas diversas possibilidades de ser mulher nas diversas sociedades (mulheres empobrecidas, mulheres negras, mulheres trabalhadoras, mulheres transexuais, etc). Por isso falamos em feminismos no plural, mas que sempre luta pela autonomia da mulher e pela conscientização do caráter construído desses espaços de poder “atribuídos” às mulheres e também aos homens.

Entendemos que gênero é uma forma primária de dar sentido às relações sociais com base nas diferenças apreendidas entre os corpos (SCOTT, 1995). Gênero não é inscrição cultural sobre um corpo biológico; mas um aparato histórico e social que afirma existir algo pré-cultural ao qual a sociedade daria valor e sentido (BUTLER, 2013). Entendemos que gênero é o processo histórico e cultural que faz separação e que constrói relações engendradas.

Na perspectiva inicial do movimento feminista e em sua teorização sobre gênero, este era entendido como posterior a sexo; isto é, existiria algo inegável,

o sexo, o biológico sobre o qual a cultura escreveria um comportamento masculino ou feminino; a esse comportamento cultural deram o nome de “gênero” (NICHOLSON, 1994). Entretanto, gênero para Judith Butler (2013) seria na verdade um aparato que garantiria a manutenção de um traço dito natural pré-cultural que definiria todos os seres humanos antes mesmo de qualquer construção sociocultural.

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura. [...] Na conjuntura atual, já está claro que colocar a dualidade do sexo num domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente assegurados. Essa produção do sexo como pré-discursivo deve ser compreendida *como* efeito do aparato de construção cultural que designamos como *gênero*. (BUTLER, 2013, p. 25-26, grifos no original).

A ideia segundo a qual gênero seria a inscrição da cultura sobre os corpos sexuados é negada para esta pensadora. Para Butler (2013) somente dizer que existiria algo antes mesmo da cultura que deveria ser dito, pensado ou significado pela cultura, chamando esse corpo de sexo e aquela inscrição de gênero, já é a forma de manutenção do binarismo de gênero. Mesmo que assumíssemos que a cultura é realmente a construtora dos comportamentos ditos “masculinos” e “femininos” haveria algo lá atrás que justificaria a existência do “macho” e da “fêmea”. Esse algo lá atrás seria o biológico, o corpo, o sexo: que para a abordagem de Butler (2013) é, assim como gênero, histórico, cultural, construído e que, por sua vez, pode ser desconstruído.

É necessário chamar atenção para a problemática da masculinidade. Já vimos anteriormente que gênero não é sinônimo de mulher, mas antes, é uma

forma de dar significado às relações sociais. Para Raewyn Connell (1995) o modo de ser homem e ser mulher é contingente e histórico. Com seu conceito de masculinidade hegemônica, os homens não seriam uma unidade monolítica sobre as mulheres, mas antes esse conceito demonstra que diversas formas de ser homem estão em disputa na definição daquele padrão hegemônico, que também pode variar de acordo com o local, a cultura, o tempo cronológico.

Assim, gênero não é um comportamento de “homem” para quem tem pênis, e de “mulher” para quem tem vagina. (Destaque-se: nascido com pênis ou vagina: as pessoas trans não são consideradas mulheres ou homens de verdade porque são sempre vistos, mesmo que modificados, pelo sexo biológico, o do nascimento). Gênero é uma regra para olhar para os corpos e dizer que aquele comportamento é de homem ou de mulher e está vinculado a um sexo. Homem deve agir assim e mulher deve agir de outra maneira. Conforme pudemos ver, isso na verdade é construído através dos tempos em espaços sociais distintos. A cada época e em cada sociedade a forma de ver o mundo é sempre reconstruído, reelaborado. Mas a relação corpo-mente-sociedade está sempre como elemento a se falar “sobre”.

Segundo a vertente pós-estruturalista (MEYER, 2013), a linguagem, de forma ampla, é responsável pela construção de homens e mulheres de forma natural e binária. Nessa perspectiva gênero é entendido como construção histórico e não-linear sempre incompleto, inconcluso. Essa concepção faz mudar inclusive a forma de educar as pessoas. Essa perspectiva “amplia a noção de educativo para além dos processos familiares e/ou escolares, ao enfatizar que educar engloba um complexo de forças e de processos no interior dos quais indivíduos são transformadas - e aprendem a se reconhecer como - homens e mulheres” (MEYER, 2013, p. 19). Sendo a construção do gênero diferente e diverso em cada sociedade ou grupo social. Gênero assim extrapola

o conceito de mulher e foca nas relações de poder naquelas constituições de indivíduos/sujeitos engendrados. Gênero, então, é uma categoria de análise histórica.

A intersecção desse movimento histórico das relações de gênero só se aproxima da pesquisa educacional a partir da década de 1990 no Brasil “com grandes avanços na sistematização de reivindicações que visam à superação, no âmbito do Estado e das políticas públicas, de uma série de medidas contra a discriminação da mulher” (VIANNA; UNBEHAUM, 2004, p. 78). Entretanto, na política pública de educação essa aproximação se dá de maneira incipiente ou focada na medicalização e mais vinculados aos discursos dos direitos e valores. Ainda segundo Cláudia Vianna e Sandra Unbehaum (2004, p. 101) essas políticas públicas de educação (PCN, PNE, LDB) obstaculizam a visibilidade das relações hierarquizadas de gêneros por não mencionarem esse debate e “quando o fazem, não exploram em todos os temas e itens curriculares os antagonismos de gênero presentes na organização do ensino e no cotidiano escolar”.

Concordamos com Butler (2013) para quem gênero não é necessariamente algo a ter descoberta a sua origem (biológica?) ou a sua composição externa (cultural?). Mas acreditamos que gênero é um aparato social que olha para os corpos a partir de certa diferença (LOURO, 2013; 2000) e a nomeia como sendo a norma e a maneira pela qual todos os corpos devem ser olhados e marcados. Isto é, gênero é a anunciação de que haveria um corpo material, pré-discursivo sobre o qual a “cultura” inscreve o seu papel no mundo. Assim, gênero não é da cultura, mas é cultura (intersticial, híbrido, sem lugar, uma ausência-presente).

Deve-se destacar que para Nicholson (1994), bem como para Scott (1995), o gênero é um “saber”, um “conhecimento”, isto é, um ponto estratégico

sobre algo. O que nos leva para outro conceito que se vincula ao gênero: a sexualidade, que também foi visto como sendo forma de saber-poder sobre os corpos (FOUCAULT, 1988). E que também perpassou análises de cunho naturalizantes e sociológicas.

A naturalização do conceito de mulher está refletida em muitos espaços de mídias culturais. E sua representação nos espaços midiáticos tem sido estudada por diversos/as pesquisadores/as (BELELI, 2005; COLLING, 2012; FELIPE, 2006; KAMENSKY, 2016; MENESES; MIRANDA, 2015; MORENO, 2012; SODRÉ, 1999).

Para Rachel Moreno (2012) a mídia tem o poder de criar e promover “desterritorialização, ressignificação e amplificação”. Isto é, ela não atua de maneira neutra sobre os fatos que trabalho e as informações que veicula. “A mídia se apropria seletivamente de determinados comportamentos nos quais decide focar, em detrimentos de outros, que ficam à sombra” (MORENO, 2012, p. 28).

Para Jane Felipe (2006) a mídia, em especial a televisiva, é um espaço educativo. Os discursos apresentados pela mídia possuem atributos de verdade. Por isso ela propõe que esses espaços de representações devem ser estudados de maneira profunda e sem esquecer o debate acerca da formação inicial e continuada dos profissionais da educação para se sensibilizarem para essa temática, bem como dos profissionais da informação.

Rosa Maria Bueno Fischer (2002, p. 153) desenvolveu o conceito de “dispositivo pedagógico da mídia” ao compreender que a mídia é capaz de constituir os sujeitos e as subjetividades na medida em que produz “saberes que de alguma forma se dirigem à educação das pessoas, ensinando-lhes modos de ser e estar na cultura em que vivem”. Afirma que a mídia está intimamente relacionada aos currículos e práticas escolares. Para ela, os modos

de constituição e de ser dos indivíduos se fazem com a contribuição dos meios de comunicação. Por isso, não podemos “fechar os olhos e negar-se a ver que os espaços da mídia constituem-se também como lugares de formação - ao lado da escola, da família, das instituições religiosas” (FISCHER, 2002, p. 153). Apesar se seu olhar para a mídia com seu papel pedagógico e formador, o mais importante de sua análise, a nosso ver, é a ideia de que a produção midiática não é somente uma questão de produção da informação e construção de produtos culturais, mas acima de tudo está relacionada ao poder e a formas de subjetivação (FISCHER, 2002).

Iara Beleli (2005) focou nas representações das imagens de mulheres e sexualidades nas mensagens publicitárias por entender que a mídia produz cultura, isto é, material signifiante das relações sociais. No mesmo sentido vão Verônica Meneses e Cynthia Miranda (2015) ao afirmarem que peças publicitárias são capazes de criar um ideal de “mulher” que serve para o mercado de consumo. Nesse sentido, Muniz Sodré (1999, p. 246) afirma que “a mídia contemporânea pauta-se pelos ditames do comércio e da publicidade, pouco interessados em questões como a discriminação do negro ou de minorias”.

Mais interessado na problemática do gênero e da sexualidade numa abordagem da Teoria *Queer* Leandro Colling (2012) afirma ser necessário abordar as análises sobre a imprensa de maneira a ultrapassar as análises de *agenda-setting* ou *framing*. Para Colling (2012, p. 110) é necessário que as análises sobre a imprensa e a mídia “contemplem mais as variadas contribuições dos estudos sobre as sexualidades e os gêneros”.

Para que haja, então, uma cobertura jornalística e uma mídia que trabalhe a favor da diversidade sexual e de gênero, Colling (2012, p. 124-125) propõe “algumas linhas gerais”:

- 1) Quebrar a hierarquia entre as identidades de gênero e as práticas sexuais. Isto é, evidenciar como normas e comportamentos sexuais e de gênero são **construídos**.
- 2) Problematizar sempre as construções das identidades. A homofobia, o machismo, a misoginia, o racismo são todos comportamentos culturais construídos ao longo dos tempos e das sociedades.
- 3) Fim dos binarismos. Fomos e somos educados para olhar o mundo sempre na dualidade: alto/baixo, claro/escuro, macho/fêmea, hétero/homossexual, dia/noite. Isso pode até ser uma primeira observação do mundo, mas em matéria de subjetividade somos muito mais diferentes em aspectos tais como gênero e sexualidade.
- 4) Respeito a quem deseja ficar na margem. A norma hegemônica empurra a todos e todas para o centro. Mas há que se respeitar quem não quer seguir as normas. Frases tais como: “também, olha como ele/ela vive, pediu para que isso acontecesse” é do tipo que tenta violentar as pessoas para ocuparem o lugar determinado pela norma hegemônica: ser magro/a, branco, cabelo liso, comportado/a, bem vestido/a etc.
- 5) Politização do abjeto. Os abjetos são aquelas pessoas que não “gozam do estatuto de humanos e, por isso, podem ser violentados”.
- 6) Constante problematização da heterossexualidade compulsória.

Essas linhas gerais podem e devem ser complementadas por outras. Nesse sentido, este projeto da prefeitura de Palmas tem tentado desenvolver uma formação continuada e inicial em nível de política pública para que jornalistas e profissionais da educação tenham acesso a debates e espaços formativos. O intuito disso é para que se olhem as relações sociais de maneira a noticiá-las ou promovê-las (por meio de publicidades, por exemplo) de uma maneira mais

justa com a multiplicidade dos seres e como suas diferenças. Ao mesmo tempo gritando que essas diferenças têm servido para construção de desigualdades. Mas que se foram construídas, podem ser desconstruídas.

Considerações finais

Apresentamos o projeto Mídias educativas mais mulheres da prefeitura de Palmas, por meio de sua Superintendência de Políticas Públicas para as Mulheres Direitos Humanos (e antiga Equidade) SUMUDH. Essa instituição pública desenvolveu o projeto em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República.

Dentro desse projeto, em meio a outras atividades formativas, está a implantação do Centro de Documentação (biblioteca) interdisciplinar em gênero e comunicação social. Esta atividade, enquanto processo, se dá na concepção de biblioteca não tradicional. A biblioteca tradicional era a única fonte segura de informação para as pessoas (CUNHA, 2010). Hoje ela deve ser vista mais como um espaço que utiliza seu acervo para ajudar na construção de comunidades (LANKES, 2012). Aqui neste caso, uma comunidade de estudantes e profissionais da comunicação social. Para que estes/as profissionais entrem em contato com as temáticas e as problemáticas dos espaços destinados para homens e mulheres em nossa sociedade.

Trabalhamos com o conceito de gênero numa perspectiva crítica. Não como sinônimo de mulher, mas como um artefato cultural que cria olhares naturalizados e naturalizantes para o que é ser homem e mulher em nossa sociedade. Criticamos a visão binarista, essencializante e naturalizante desses espaços e dos conceitos do que é ser homem e mulher.

Destacamos que há diversas pesquisas sobre os espaços da mulher na mídia. Alguns focam as análises na *agenda setting* ou no *framing*, enquanto outros propõem que as mesmas análises sejam feitas, mas para além dessas metodologias. Assim, propõem que sejam analisadas com os subsídios das teorias críticas do gênero e da sexualidade.

Compreendemos a mídia não como um discurso de exposição da verdade, mas sim da criação de sistemas de veridicção, isto é, a verdade ali exposta é tão inventada quanto a vida que ela pretende mostrar (VAL; AQUINO, 2013). O que nos leva para a reflexão da mídia enquanto dispositivo pedagógico (FISCHER, 2002). Nesse sentido a mídia seria capaz de construir sujeitos e subjetividades. A mídia não é neutra, ela é política.

Nesse sentido, um centro de documentação, ou qualquer outra tipologia para a produção, armazenamento e difusão de informação deve estar atento para questões de gênero. Seja na publicidade, nas notícias, nos audiovisuais, o olhar para gênero deve estar presente.

Mulher como objeto de desejo. Como padrão a ser seguido. Como espaço de dominação e de representações simbólicas. A mídia traz essas imagens, mas também pode ser capaz de ajudar nas suas desconstruções (COLLING, 2012). Justamente por ser um espaço educativo (FELIPE, 2006; FISCHER, 2002) nossa atenção deve estar focada nela para que possamos ajudar na construção de uma sociedade justa e igualitária. Não uma igualdade que homogeniza, mas que antes problematize as diferenças (LOURO, 2013) e que as valorize para além das camas de Procusto⁵ de nossa sociedade.

⁵ O mito de Procusto fala da cama do tamanho correto de seu corpo e da violência exercida por ele para que as pessoas que não coubessem nela teriam suas "diferenças" extirpadas para caberem nos seus "moldes".

Referências

ALVES, Branca; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BELELLI, Iara. Imagens efêmeras: gênero e sexualidade na propaganda brasileira. 29º Encontro Anual da ANPOCS, 2005, Caxambu. **Anais** do 29º Encontro Anual da ANPOCS, 2005.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013.

CARVALHO, Maria; RABAY, Glória. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional brasileiro. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 1, jan./abr. 2015.

COLLING, Leandro. Como pode a mídia ajudar na luta pelo respeito à diversidade sexual e de gênero. In: PELÚCIO, L. et al (Org.). **Olhares plurais para o cotidiano: ...** Marília: [S.L.], 2012.

CONNELL, Raewyn. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20 n. 2, p. 185-206, 1995.

CORRÊA, Elisa. Usuário, não! Interagente: proposta de um novo termo para um novo tempo. **Encontros Bibli**, v. 19, n. 41, p. 23-40, set./dez. 2014. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2014v19n41p23/28292> >. Acesso em 28 fev. 2016.

CUNHA, Murilo. A biblioteca universitária na encruzilhada. **DataGramaZero**, v. 11, n. 6, dez. 2010. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez10/Art_07.htm>. Acesso em: 22 dez. 2015.

FELIPE, Jane. Representações de gênero, sexualidade e corpo na mídia. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 1, p. 41-54, 2006.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 151-162, jan./jul. 2002. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27882> >. Acesso em 18 jan. 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** São Paulo: Cortez, 2011.

KAMENSKY, Andrea. (Pós)feminismos e diversidade em performances: memórias e oralidades em desconstrução. **Revista Observatório**, Palmas, v. 2, n. especial, p. 59-78, maio 2016.

LANKES, David. **Expect more: demanding better libraries for today's complex world.** [s.l.]: [s.d.], 2012. Disponível em: <www.davidlankes.org>. Acesso em: 22 dez. 2016.

LOURO, Guacira. Currículo, gênero e sexualidade: O "normal", o "diferente" e o "excêntrico". In: LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo em educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 43-53

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 2010.

MAIA, Marcos; SANTOS, Larissa. Registro de memórias locais na biblioteca escolar: um olhar para o livro artesanal... **Revista Interface**, v. 10, n. 10, p. 79-95, dez. 2015. Disponível em: <<http://revista.uft.edu.br/index.php/interface/article/view/1951>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

MENESES, Verônica; MIRANDA, Cynthia. Reflexões sobre acultura da imagem e o imaginário feminino na publicidade. **Revista Observatório**, Palmas, v. 1, n. 1, p. 171-193, maio/ago. 2015.

MEYER, Dagmar. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo em educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 11-29.

MILANESI, Luís. **Biblioteca.** Cotia, SP: Ateliê editorial, 2002.

MORENO, Rachel. **A imagem da mulher na mídia.** Publisher: [S.L.], 2012.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

NICHOLSON, Linda. Interpreting gender. **Signs**, v. 20, n. 1, outono, 1994, p. 79-105. Disponível em: < www.jstor.org/stable/3174928 >. Acesso em 23 jun. 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, vol. 20, n. 2, jul./dez. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Educação, 1995. p. 71-99. Tradução de Guacira Lopes Louro.

SILVA, João Nunes. Construindo a memória e identidade no Tocantins. **Revista Observatório**, Palmas, v. 1, n. 1, p. 270-275, maio./ago. 2015.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SUMUDHE. Projeto Mídias educativas mais mulheres. Edital 02/2013. Palmas, SUMUDHE, 2013.

VAL, Gisela Maria do; AQUINO, Júlio Groppa. A ordem do discurso jornalístico sobre educação: uma análise das matérias da Folha de S. Paulo de 1996 a 2006. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 29, n. 01, p. 93-120, mar. 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982013000100006&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acesso em 07 nov. 2016.

VIANNA, Cláudia; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 77-104, 2004.